O livro que tenho a honra de prefaciar – *Processo tributário* –, a convite de seus ilustres autores, não é daqueles que irá se debruçar sobre os institutos de maneira abstrata, pois cuida da aplicação de cada um deles no âmbito tributário, daí a certeza, pelo primor dos escritos, de que a publicação tem lugar garantido na biblioteca dos estudiosos do Direito. A obra é dividida em quatro partes: 1º) "O NCPC e o processo administrativo fiscal"; 2º) "O NCPC e seus reflexos na execução fiscal"; 3º) "O NCPC, a fase de conhecimento e os reflexos no processo tributário" e 4º) "Do sistema decisório e a fase recursal do NCPC e o processo tributário". (...) A plêiade de autores impressiona, pois todos, jovens ou mais experientes, revelam currículo invejável, em que é possível constatar a convivência cotidiana com o tema principal do trabalho – a aplicação do NCPC nas demandas tributárias. Fiz a promessa (e a cumpro) de que iria preparar um prefácio curto, objetivo, para que você, leitor, possa se dedicar ao que efetivamente interessa: a leitura da excelente obra coletiva *Processo tributário*.

Luiz Alberto Gurgel de Faria

LEONARDO BUISSA

LUCAS BEVILACQUA

Coordenadores

PROCESSO TRIBUTÁRIO

Prefácio

Luiz Alberto Gurgel de Faria

Apresentação

Regina Helena Costa

Área específica

Direito Tributário

Áreas afins

Direito Processual Civil

Público-alvo/consumidores

Profissionais e estudantes de pós-graduação.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001583

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

P963 Processo tributário / Leonardo Buissa, Lucas Bevilacqua (Coord.).– Belo Horizonte : Fórum, 2019.

447p.; 14,5cm x 21,5cm
ISBN: 978-85-450-0660-2

1. Direito Tributário. 2. Direito Processual Civil. I. Buissa, Leonardo. II. Bevilacqua, Lucas. III. Título.

CDD 341.39
CDU 34:336

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BUISSA, Leonardo; BEVILACQUA, Lucas (Coord.). *Processo tributário*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 447p. ISBN 978-85-450-0660-2.

Leonardo Buissa

Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela USP. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT). Professor do Mestrado Profissional em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás (PPGDP/UFG). Juiz Federal.

Lucas Bevilacqua

Doutor e Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela USP. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT). Procurador do Estado de Goiás em Brasília e Professor do Mestrado Profissional em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás (PPGDP/UFG). Conselheiro titular do CARF/Ministério da Economia.

SUMÁRIO

PREFÁCIO
LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA 15

APRESENTAÇÃO
REGINA HELENA COSTA 17

PARTE 1
O NCPC E O PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

OS LIMITES DO DEVER DE COOPERAÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
CAIO AUGUSTO TAKANO, ARTHUR LEITE DA CRUZ PITMAN **21**
1 Introdução 21
2 A noção de cooperação e a sua positivação no Código de Processo Civil de 2015 23
3 O dever de cooperação no processo administrativo fiscal 30
4 Consequências da não cooperação do contribuinte no processo administrativo fiscal 33
5 Conclusão 38
Referências 38

PROVA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON **41**
1 Introdução 41
2 Ônus da prova nos processos administrativos tributários 42
3 Prova pericial nos processos administrativos tributários 49
4 Ata notarial 56
5 O art. 371 do CPC/2015 e o fim do livre convencimento 57
6 Encerramento 58
Referências 58

IMPACTOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC) NA SUSPENSÃO DOS JULGAMENTOS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF)
ALEXANDRE COELHO DE OLIVEIRA, LUCAS BEVILACQUA **61**
Introdução 61
1 Processo administrativo tributário no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) 62
2 A aplicabilidade supletiva e subsidiária do CPC e o PAT 64
3 A eficiência aplicada ao PAT por meio das instrumentalidades repetitivas 68
4 Considerações finais 73
Referências 73

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E A APLICABILIDADE DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS AO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
GABRIEL CARVALHO ZAMPIERI **79**
Introdução 79
1 Abordagem processual civil 80
1.1 Precedentes judiciais e a relação com o processo tributário 81
1.2 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas 83
2 Abordagem processual administrativa 87
2.1 Aplicação das decisões proferidas em repercussão geral e recurso repetitivo no CARF 88
2.2 Aplicação do artigo 15 do Código de Processo Civil aos processos do CARF 88
3 Alcance das decisões dos Tribunais Regionais Federais 90
4 Conclusão 92
Referências 95

A POSSIBILIDADE DE REALIZAR TRANSAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E A CORRETA INTERPRETAÇÃO DO TERMO LITÍGIO CONSTANTE NO ARTIGO 171 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL
ERICA CARNEIRO PEREIRA DE OLIVEIRA SILVA **97**
Considerações iniciais: o papel da tributação no Estado Democrático de Direito. A transação em matéria tributária como forma de alcançar esse escopo 97
1 Breve delineamento sobre o conceito de transação em matéria tributária 100
2 A compatibilidade entre os dogmas do Direito Administrativo e a possibilidade de transacionar em matéria tributária 103
3 O problema jurídico consistente na delimitação do conceito de "(de)terminação de litígio" exposto no artigo 171 do Código Tributário Nacional 107
Considerações finais 113
Referências 114

PARTE 2
O NCPC E SEUS REFLEXOS NA EXECUÇÃO FISCAL

AVERBAÇÃO PRÉ-EXECUTÓRIA: CONTEXTUALIZAÇÃO NORMATIVA E CONSTITUCIONALIDADE
PHELIPPE TOLEDO PIRES DE OLIVEIRA, ROGÉRIO CAMPOS **117**
1 Introdução 117
2 A averbação pré-executória no contexto das medidas de racionalização da cobrança do crédito tributário 118
3 Moldura legal da averbação pré-executória 121
4 Da reserva de lei complementar e compatibilidade da averbação pré-executória com o Código Tributário Nacional 126
5 Conclusão 130
Referências 132

BREVES APONTAMENTOS SOBRE O CPC/2015 E SEUS POSSÍVEIS IMPACTOS NA EXECUÇÃO FISCAL
ELMO JOSÉ DUARTE DE ALMEIDA JÚNIOR **133**
1 Introdução 133
2 A aplicação subsidiária do CPC/2015 às execuções fiscais 134
3 A contagem dos prazos em dias úteis 137
4 Honorários advocatícios 138
5 Penhora *on-line* antes da citação do devedor 140
6 Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes 144
7 O incidente de desconsideração da personalidade jurídica e o redirecionamento das execuções fiscais 145
8 Considerações finais 148
Referências 149

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE NO PROCESSO TRIBUTÁRIO
MARCÍLIO DA SILVA FERREIRA FILHO **151**
1 Natureza jurídica e características 152
2 Questões recursais importantes 158
3 Honorários advocatícios na EPE 160
4 Últimos comentários 165
Referências 165

O REGIME DE EXPROPRIAÇÃO NO NCPC E A APLICAÇÃO À LEF
MAX MÖLLER **167**
1 Aplicação das normas processuais à LEF 167
1.1 Natureza das normas envolvendo expropriação 171
2 As novidades do Novo Código de Processo Civil aplicáveis à execução fiscal 171
2.1 Alienação de bens indivisíveis. Submissão do bem de terceiro à execução 172
2.2 Dispensa de avaliação para automóvel ou bem com quotação 175
2.3 Prevalência e consolidação do leilão eletrônico 176
2.4 Aplicação de toda a reforma relativa à citação e intimação 180
2.5 As dúvidas envolvendo a adjudicação 181
Conclusão 183
Referências 184

INCONSTITUCIONALIDADE DO BLOQUEIO UNILATERAL DE BENS PELA FAZENDA PÚBLICA PARA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA
ALBERTO MEDEIROS **185**
1 Introdução 185
2 Desvirtuamento do sistema de cobrança da dívida ativa tributária federal e empoderamento desmedido da Fazenda Pública Federal 188
3 Inconstitucionalidade do bloqueio unilateral por afronta ao devido processo legal substantivo e reserva de jurisdição 192
4 Conclusão 201
Referências 202

SISTEMA MULTIPORTAS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A CRISE DA EXECUÇÃO FISCAL
RAFAEL CAMPOS SOARES DA FONSECA **203**
1 Introdução 203
2 Acesso à justiça e o processo tributário na Constituição da República de 1988 205
3 Justiça e eficiência da execução fiscal 205
4 O esgotamento do modelo vigente de execução fiscal 207
5 O sistema multiportas no CPC e suas potencialidades no processo tributário 210
6 Conclusão 213
Referências 213

PARTE 3
O NCPC, A FASE DE CONHECIMENTO E OS REFLEXOS NO PROCESSO TRIBUTÁRIO

DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO, ORDEM CRONOLÓGICA DOS JULGAMENTOS E DEVER DE COOPERAÇÃO
EDUARDO MUNIZ MACHADO CAVALCANTI **217**
1 Introdução 217
2 O princípio da razoável duração do processo e a ordem cronológica dos julgamentos 218
3 O dever de cooperação e suas repercussões no âmbito tributário 229
4 Conclusão 238
Referências 239

REFLEXÕES SOBRE A TUTELA PROVISÓRIA NO PROCESSO TRIBUTÁRIO
LÁZARO REIS PINHEIRO SILVA **241**
1 Introdução 241
2 O processo de positivação da obrigação tributária e a tutela jurisdicional própria à solução do conflito tributário 244
3 A tutela provisória no CPC-15: cuidados na sua aplicação aos conflitos de Direito Tributário 248
4 Conclusões 256
Referências 257

AS TUTELAS PROVISÓRIAS NO CPC/15 (LEI Nº 13.105/15) E A ANTECIPAÇÃO DE GARANTIA NO ÂMBITO TRIBUTÁRIO
SÉRGIO FARINA FILHO, FABIO TARANDACH, FERNANDO WATANABE **259**
1 Introdução 259
2 As tutelas provisórias no novo CPC/15 260
3 O cabimento da tutela de evidência 261
4 O cabimento da tutela de urgência cautelar 263
5 A incoerência teórica da utilização da tutela de urgência antecipada 265
6 Conclusão 266

O PODER INSTRUTÓRIO DO JUIZ E O ÔNUS DINÂMICO DA PROVA NO PROCESSO TRIBUTÁRIO
LEONARDO BUISSA, GABRIEL BUISSA **269**
1 Considerações iniciais: devido processo legal e ordem jurídica justa 269
2 Boa-fé, lealdade e cooperação no direito probatório 271
3 Poderes do juiz em matéria de prova 272
4 Finalidade, destinação e objeto da prova: sua relação com o convencimento do juiz 273
5 Poderes instrutórios do juiz 276
6 Persuasão racional 279
7 Ônus da prova 282
8 Inversão do ônus da prova. Distribuição dinâmica do ônus da prova 285

9 Considerações finais ... 288
Referências ... 289

OS LIMITES PARA A RESCISÃO DE DECISÃO JUDICIAL QUE ARBITRA HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

MARCO BETONI ... 291

I Introdução ... 291
II O termo inicial do prazo decadencial e a coisa julgada parcial ... 293
III A necessidade de demonstração de violação ao artigo 85 do CPC para o ajuizamento de ação rescisória contra o arbitramento de honorários de sucumbência ... 296
IV A caracterização da *supressio* ... 298
V Conclusão ... 299
Referências ... 300

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS OU CRÉDITOS DA FAZENDA PÚBLICA? (QUANDO OS BENS ARRECADADOS NÃO BASTAM À SATISFAÇÃO DE AMBOS)

CLAUDINEY ROCHA REZENDE ... 301

Introdução ... 301
1 Os objetos em disputa ... 302
1.1 Honorários advocatícios ... 303
1.2 Créditos da Fazenda Pública ... 304
1.3 Classificação, privilégios e preferências ... 305
2 Os sujeitos envolvidos ... 307
2.1 Fazenda Pública ... 307
2.2 Advogados públicos ... 308
3 Os parâmetros constitucionais ... 308
4 As alternativas ... 310
4.1 Exclusão ... 310
4.2 Imputação ... 312
4.3 Comunhão ... 314
Conclusão ... 317
Referências ... 320

PARTE 4

DO SISTEMA DECISÓRIO E A FASE RECURSAL DO NCPC E O PROCESSO TRIBUTÁRIO

SEGURANÇA JURÍDICA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA, MODULAÇÃO DE EFEITOS E O PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 927 DO NOVO CPC (LEI Nº 13.105/2015)

JEFERSON TEODOROVICZ ... 325

Introdução ... 325
1 Algumas breves linhas sobre segurança jurídica no Direito Tributário ... 326
2 A modulação dos efeitos em decisões de inconstitucionalidade no controle concentrado e outras hipóteses ... 331
3 Da aceitação anterior da literatura especializada sobre a possibilidade de modulação de efeitos em alteração de jurisprudência dominante ... 337
4 Modulação de efeitos em decisões que se pronunciam acerca da constitucionalidade – ou não – de leis ou atos normativos: precedentes contrários ou favoráveis ao Estado ou ao cidadão ... 341
5 A modulação de efeitos trazida pelo art. 927, parágrafo 3º, do novo CPC/2015 ... 346
Considerações finais ... 353
Referências ... 355

LIMITES DA COISA JULGADA TRIBUTÁRIA E O POSICIONAMENTO DO STF

MARINA TANGANELLI BELLEGARDE ... 357

Introdução ... 357
1 Primeira parte: definições ... 358
1.1 Segurança jurídica ... 358
1.2 Coisa julgada ... 360
1.3 Coisa julgada como manifestação da segurança jurídica ... 363
2 Segunda parte – aplicabilidade no Direito Tributário ... 367
2.1 Limites da coisa julgada ... 367
2.1.1 Disposições do art. 505, inciso I, do CPC ... 367
2.1.2 Conciliação entre a segurança jurídica e a igualdade ... 371
2.2 Análise prática de jurisprudência – a questão da CSLL ... 375
Conclusão ... 379
Referências ... 381

A REPERCUSSÃO GERAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: OBSERVAÇÕES SISTÊMICAS E PROCESSUAIS
ULISSES SCHWARZ VIANA **383**
I Introdução 383
II As demandas tributárias e a repercussão geral no processo civil brasileiro 384
II.a A tributação como fenômeno complexo inserido em um *acoplamento estrutural complexo* (*komplexe strukturelle Kopplung*) entre *direito*, *economia* e *política* 384
II.b A repercussão geral e sua relevância nas demandas tributárias 390
II.c O '*Amicus Curiae*': mecanismo de 'abertura cognitiva' do STF na repercussão geral em matéria tributária 392
II.d Da demonstração da repercussão geral em demandas tributárias e do interesse de *terceiros* em produzir manifestação no procedimento 397
III Conclusão 399
Referências 400

EFEITOS DA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E LIVRE CONCORRÊNCIA
FERNANDO FACURY SCAFF **401**
1 Posição da questão 401
2 Liberdade de iniciativa econômica e livre concorrência 405
3 Isonomia, livre concorrência e neutralidade econômica dos tributos 408
4 Controle de constitucionalidade pelo STF, efeitos da coisa julgada e livre concorrência 412
5 Conclusões 425
Referências 425

OS PRONUNCIAMENTOS DO STF SOBRE QUESTÕES CONSTITUCIONAIS E SUA REPERCUSSÃO SOBRE A COISA JULGADA (IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DO TÍTULO EXECUTIVO INCONSTITUCIONAL E A REGRA ESPECIAL SOBRE PRAZO DE AÇÃO RESCISÓRIA)
EDUARDO TALAMINI **427**
1 Introdução 427
2 Sentido e finalidade da norma 428
3 Impugnação com caráter rescisório 429
4 A origem, no Direito Comparado 429
5 Constitucionalidade da regra 430
6 Hipótese de incidência 431
6.1 Pronunciamento do plenário do STF 431
6.2 Enfrentamento direto e relevante da questão (*ratio decidendi*) pelo Plenário 431
6.3 Decisão revestida de eficácia vinculante *erga omnes* 433
6.4 Decisão de constitucionalidade, inconstitucionalidade ou de interpretação conforme 434
6.5 Decisão anterior à formação do título executivo judicial 435
7 Modulação de efeitos 435
8 Desconstituição do *decisum* anterior e novo julgamento 437
9 Imprescindibilidade da impugnação ao cumprimento 438
10 Inaplicabilidade às decisões declaratórias e constitutivas 439
11 Limites de aplicabilidade da ação rescisória prevista nos arts. 525, §12, e 535, §5º 440
12 Direito intertemporal 441
Referências 442

SOBRE OS AUTORES 445